



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO
DO MINISTRO DA SAÚDE

Diretiva 2011/24/UE
Direitos dos doentes em matéria de cuidados de
saúde transfronteiriços

Transposição para a ordem jurídica interna
portuguesa

Ana Veiga



Trabalhos desenvolvidos:

1. Constituição de um Grupo de Trabalho

a. Envolvimento de todos os intervenientes (abrangência das matérias abordadas pela Diretiva - Desafio de coordenação):

- **Representantes:** Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., Direcção-Geral da Saúde, 5 Administrações Regionais de Saúde, Infarmed, I.P. - Autoridade Nacional de Medicamentos e Produtos de Saúde, I.P., das Ordens Profissionais, Entidade Reguladora da Saúde, Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE.
- **Coordenação:** Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde



Trabalhos desenvolvidos:

2. Elaboração de um *1.º draft*

Forma do ato : Lei da Assembleia da República (AR)

- Matéria versa sobre direitos, liberdades e garantias, em especial o direito à reserva da intimidade da vida privada e a confidencialidade dos dados de saúde - **reserva de lei**;
- Importante envolver a AR.



Desafios:

1. Inexistência de uma carteira de serviços no Serviço Nacional de Saúde

- O direito à proteção da saúde é realizado através de Serviço Nacional de Saúde **universal e geral**

Artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa

- O Estado promove e garante o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde **nos limites dos recursos existentes**

Base I da Lei de Bases da Saúde



Desafios:

1. Inexistência de uma carteira de serviços no Serviço Nacional de Saúde

Importante:

- Excluir da obrigação de reembolsar as despesas relacionadas com atos médicos ou cirúrgicos de eficácia duvidosa e/ou não comprovada.
- Definir de forma clara aquilo que o Estado Português tem a obrigação de assegurar e assim reembolsar (no casos dos cuidados de saúde transfronteiriços) aos seus cidadãos, ao abrigo da melhor técnica (*legis artis*). - através de exclusões ao direito ao reembolso



Desafios:

2. Inexistência de harmonização UE em matéria de normas de qualidade e segurança dos cuidados de saúde;
3. Inexistência de harmonização UE em matéria de regras de faturação dos cuidados de saúde.

As normas aplicáveis são as vigentes no Estado-membro de tratamento (aplicações divergentes e desconhecimento da lei aplicável por parte do EM que paga/reembolsa os cuidados de saúde transfronteiriços)



1.º Draft da Proposta de Lei

1. Direito ao reembolso das despesas diretamente relacionadas com os cuidados de saúde prestados noutro Estado-membro

- Aplicação da tabela de preços do Serviço Nacional de Saúde (SNS):
 - *Os beneficiários do SNS vão ser reembolsados com base na tabela de preços do SNS (única);*
 - Encontra-se em fase final a elaboração de uma tabela única de preços do SNS.



1.º Draft da Proposta de Lei

2. Aplicação de um Sistema de Autorização Prévia

Importante para garantir o planeamento da prestação de cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde - garantir que quando existe resposta interna em tempo útil do ponto de vista clínico, a mesma será aproveitada
- Evita duplicação de custos para o Estado

Desafios:

1. Definição das **categorias de cuidados de saúde** que se integram no artigo 8.º n.º 2 alínea a) da Diretiva 2011/24/UE:

- a. *Elaboração de uma lista com as especialidades, procedimentos com base nos Grupos de Diagnósticos Homogéneos (GDH);*
- b. *Limitar aos cuidados de saúde que impliquem o internamento hospitalar do doente durante, pelo menos, uma noite.*



1.º Draft da Proposta de Lei

2. Aplicação de um Sistema de Autorização Prévia

Importante para garantir o planeamento da prestação de cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde.

Desafios:

2. Alinhamento dos dois instrumentos jurídicos

Diretiva 2011/24/UE e Regulamentos UE em matéria de coordenação dos Sistemas de Segurança Social

- **Motivos de recusa;**
- **Instituição responsável** - ajuda a uniformizar procedimentos, em verificar se as condições de aplicabilidade dos Regulamentos encontram-se preenchidas.



1.º Draft da Proposta de Lei

2. Aplicação de um Sistema de Autorização Prévia

Importante para garantir o planeamento da prestação de cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde.

Desafios:

3. Dificuldades de aplicação prática:

-Razão de indeferimento: O prestador de cuidados de saúde suscitar preocupações sérias e específicas em matéria de qualidade dos cuidados e de segurança dos doentes - **artigo 8.º n.º 6 alínea c)** da Diretiva 2011/24/UE *(Importante contudo, consagrar no diploma de transposição, como mecanismo de reacção do Estado a situações excepcionais e de limite, destaca-se que a Diretiva aplica-se a todos prestadores - troca de informação entre EM)*

- O artigo 8.º n.º 2 alínea c).



1.º Draft da Proposta de Lei

3. Ponto de Contacto Nacional (PCN)

- Direcção-Geral da Saúde ou Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Desafios/Oportunidades:

- a. Obrigação de todos intervenientes prestarem informação ao PCN;
Importante: Prestadores Privados sem relação com o Serviço Nacional de Saúde - constam do âmbito da Diretiva 2011/24/UE
- b. Coordenação da informação;
- c. Articulação dos intervenientes.



1.º Draft da Proposta de Lei

4. Medidas (relativas ao acesso a cuidados de saúde transfronteiriços) para garantir um acesso suficiente e permanente aos cuidados de saúde no território português - Razões imperiosas de interesse geral

- Transposição do artigo 4.º n.º 3 da Diretiva 2011/24/UE;
 - Medidas relativas ao acesso ao tratamento
- Transposição do artigo 7.º n.º 9 da Diretiva 2011/24/UE;
 - Restringir aplicação de regras relativas ao reembolso
- Importância da monitorização dos impactos da aplicação da legislação nacional que transpõe a Diretiva 2011/24/EU - PCN (monitorizar os fluxos)
- Aplicação da jurisprudência do TJUE - Interpretação uniforme FM



1.º Draft da Proposta de Lei

5. Faturação

- O reembolso é acompanhado do comprovativo de despesas e de relatório clínico fundamentado das mesmas;
- Obrigação do doente** - apresentar documentação e clarificar conteúdo de faturas - Papel do Doente.
- PCN** - assistência mutua para clarificar o conteúdo das faturas.



1.º Draft da Proposta de Lei

Redes europeias de referência

Despacho n.º 4319/2013

- **Desenvolvimento da rede de Centros de Excelência**

(definição do conceito, critérios de identificação e reconhecimento pelo MS desses Centros assim como: da sua implementação, modelos de financiamento, integração na rede hospitalar e redes de referência)



Declaração Final da XXV Cimeira luso-espanhola Porto, 9 de Maio 2012

1. Implementação da Diretiva 2011/24/UE

Reconheceram a importância da cooperação estreita na transposição e implementação da Diretiva 2011/24/UE relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, celebrando acordos entre si, designadamente para:

- ultrapassar os obstáculos de aplicação e operacionalização,**



Declaração Final da XXV Cimeira luso-espanhola Porto, 9 de Maio 2012

1. Implementação da Diretiva 2011/24/UE

Reconheceram ainda a importância da cooperação estreita na transposição e implementação da Diretiva 2011/24/UE relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, celebrando acordos entre si, designadamente para:

- assegurar o acesso a cuidados de saúde transfronteiriços seguros e de qualidade,**



Declaração Final da XXV Cimeira luso-espanhola Porto, 9 de Maio 2012

1. Implementação da Diretiva 2011/24/UE

Reconheceram ainda a importância da cooperação estreita na transposição e implementação da Diretiva 2011/24/UE relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, celebrando acordos entre si, designadamente para:

avaliar de potencialidades de optimização da organização da oferta de cuidados de saúde na zona transfronteiriça.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO
DO MINISTRO DA SAÚDE

Obrigada!